

ATA DE VISITA DA VILA DE IRATY COMO FONTE DE PESQUISA¹

MINUTES OF THE VISIT OF THE IRATY VILLAGE AS A SOURCE OF RESEARCH

Claudia Pereira dos Santos*

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi**

Angela Corso***

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a utilização de fontes na história da educação, mais precisamente da ata como fonte primária. Para tanto, primeiramente se propõe uma discussão sobre as fontes e suas definições, posteriormente se fará uma reflexão quanto à utilização de atas como fontes para a pesquisa, realizando-se uma análise de alguns trabalhos que se utilizaram das atas com essa finalidade. Por fim, será apresentada uma análise da Ata de Exames e de Visitas da escola pública de Iraty, regida pela professora Rosalina Cordeiro de Araújo e localizada na vila de Iraty, investigando registros referentes ao conceito liberal e positivista de ordem que subjazem nas entrelinhas desse documento e a disseminação do método intuitivo.

Palavras-chave: Fontes. Atas. Pesquisa.

ABSTRACT

The aim of this paper is to reflect about the use of sources in the history of education, particularly the use of meeting minutes as primary sources. The first part of the article presents a discussion about sources and their definitions. Next, a reflection about the use of meeting minutes as primary sources for research is presented. This is done through the analysis of research that used meeting minutes as their source of research. Finally, the article presents the analysis of the meeting minute about the visit to a public school in Irati. The study was carried out by the school teacher Rosalina Cordeiro de Araújo who investigated the records concerning the liberal and positivist concepts of order that underlie the document analyzed and the dissemination of the intuitive method.

Keywords: Sources. Meeting Minutes. Research.

* Acadêmica do Curso de Pedagogia UNICENTRO – campus Irati.

** Doutoranda em História da Educação – UEPG, membro do grupo de Pesquisa HISTEDBR - Campos Gerais, funcionária do Museu Municipal de Irati. E-mail: <aecmari@gmail.com>.

*** Mestre, Professora do Departamento de Pedagogia – UNICENTRO - campus Irati.

¹ Artigo aprovado para apresentação na III Semana de Estudos do Curso de Pedagogia de Irati – 2012.

Introdução

É de suma importância discutir e refletir sobre o papel das diferentes fontes para a pesquisa, visto que sem elas não seria possível desenvolver tal trabalho, pelo menos não de forma confiável. Vale salientar que qualquer objeto, fato, documento, entre outros, pode servir para o investigador como fonte de pesquisa. Consequentemente, para que uma pesquisa possa ser realizada é necessário que o pesquisador utilize uma ou mais formas de fontes para desenvolver seu trabalho, as quais podem ser primárias ou secundárias.

O presente trabalho² tem por objetivo discutir os conceitos de fontes primárias e secundárias que são utilizadas pelos pesquisadores em suas investigações, bem como debater a utilização de atas como fontes de pesquisa.

Para tanto, este artigo será dividido em três partes. Primeiramente, devido à importância de discutir o termo fonte, serão analisadas algumas definições de fonte à luz de autores que tratam do tema; num segundo momento, será discorrido sobre as pesquisas que utilizam atas como fontes de pesquisa; e, para finalizar, será apresentada a análise realizada na Ata de Visita da Vila de Iraty.

Atas como fontes históricas

Para iniciarmos a discussão sobre fonte é relevante conhecer a definição da palavra. Segundo o dicionário Aurélio, fonte é “Nascente de água. Bica de onde corre água potável para uso doméstico, etc. [...] Aquilo que origina ou produz; origem; causa. Procedência, proveniência, origem [...]” (FERREIRA, 2001, p. 354). Em síntese, fonte do ponto de vista da língua portuguesa nada mais é do que a origem de algo ou o começo, uma espécie de nascente que irá gerar alguma coisa.

Entretanto, do ponto de vista histórico, deve-se abandonar a definição de fonte como sendo a nascente/origem, visto que “[...] as fontes históricas, por definição, são construídas, isto é, são produções humanas [...]” (SAVIANI, 2004, p. 5). Por muito tempo, ao se pensar em fonte, trazia-se a ideia de origem, como se o fato fosse alheio à realidade, algo

gerado inexplicavelmente, que de alguma forma exercia influência. Numa visão de neutralidade, a fonte ou dado tinha por característica apenas os caracteres exteriores e acessíveis, uma visão até então alicerçada no positivismo³.

No entanto, é necessário que o homem através de suas ações crie essas fontes, e não o contrário; ou seja, o homem existe independentemente das fontes que o cercam, mas sem o homem as fontes não existiriam, haja vista que elas são produções humanas (SAVIANI, 2004).

Sabe-se que as fontes não dão origem, mas se configuram como o alicerce, a base dos registros históricos, o que prova que aquele dado foi gerado em um momento da história por intermédio do homem. Nesse sentido,

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. (SAVIANI, 2004, p. 5).

Em síntese, o pesquisador deve ter muito claro que, ao optar por uma pesquisa histórica, estará optando por desenvolver um trabalho cujas fontes são construções humanas, como diz Saviani (2004, p. 6):

[...] fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos.

As fontes nada mais são do que a própria história gerada e registrada pelo homem; cabe, pois, ao pesquisador desenvolver uma pesquisa confiável e pautada em boas fontes e optar pelo uso de uma fonte primária e também de fonte(s) secundária(s).

Como sugere o conceito da palavra, primário é tudo aquilo que antecede, vem por primeiro. Dessa forma, fonte primária é produção histórica de um dado acontecimento em algum momento da

² As reflexões aqui apresentadas, dado a brevidade do artigo, compõem um trabalho maior de conclusão de curso.

³ O positivismo surge em fins do século XVIII e princípio do século XIX, tendo Augusto Comte como o seu fundador. Considerado como doutrina filosófica, “[...] atém-se ao dado, [...] o que está efetivamente ao alcance do homem conhecer” (ARANA, 2007, p. 5). A ordem, como categoria principal do positivismo, constitui a condição fundamental do progresso e vice-versa.

história, um fato puro, registrado pelo homem de alguma forma, como, por exemplo, uma ata que será analisada por um pesquisador.

Ao desenvolver sua pesquisa, o pesquisador precisa estar ciente de que, ao optar pela fonte primária, deverá utilizar no decorrer de seu trabalho “[...] o texto original, como foi escrito e impresso pelo autor” (LUNA, 1996, p. 103). Portanto, o pesquisador deve tomar cuidado ao fazer uso de texto traduzido, pois, “[...] por melhor que seja, constituirá uma fonte secundária” (LUNA, 1996, p. 103).

Assim sendo, a fonte deve auxiliar o pesquisador na composição da sua pesquisa, servindo de embasamento teórico para o trabalho a ser desenvolvido, ou ajudando a comprovar o que o pesquisador visa a investigar. E “[...] a escolha das fontes dependerá não apenas do objeto e dos objetivos da pesquisa, mas também da delimitação, isto é, dos recortes efetuados [...]” (SAVIANI, 2004, p. 7).

É por meio da fonte primária que o pesquisador consegue obter dados importantes sobre seu objeto de pesquisa e sobre as questões propostas, visto que as fontes secundárias são em sua maioria releituras, traduções, entre outras, as quais possuem influência de quem as realizou, pois não existe neutralidade entre a pesquisa e o pesquisador. A partir das ponderações levantadas, pode-se perceber que tudo serve como fonte ao pesquisador.

A fonte secundária nada mais é que toda e qualquer fonte que favoreça a reconstrução histórica, lembrando que é o homem que produz as fontes. Isso nos faz considerar que a fonte pode ser primária ou secundária.

Essa distinção vai depender do como o pesquisador vai utilizar a fonte escolhida e no que essa fonte o auxiliará a compor seu trabalho, comprovando/dando suporte para quem pretende desenvolver uma pesquisa confiável, que possa mais tarde servir de fonte a novos pesquisadores.

A fonte serve para o pesquisador como uma espécie de descoberta, através da qual ele irá aos poucos desvendar algo que em algum momento da história foi registrado e preservado. Um bom exemplo de fonte é a ata, documento que serve para registrar o que está acontecendo numa reunião e que geralmente fica por muito tempo esquecido, apesar

de conter registros de informações, fatos, situações que podem ter relevância ao longo da história.

Existem variados tipos de atas e formas diferentes de escrevê-las. Embora visem apenas a registrar acontecimentos momentâneos, as atas constituem uma interessante fonte de pesquisa, que alimenta a ideia, aguça a curiosidade do historiador em descobrir cada vez mais sobre os fatos investigados.

Esse tipo de documento é muito interessante e enriquecedor para o historiador, tendo em vista que, por exemplo, ele poderá descobrir o que subjaz àqueles registros, ou o que e por que registrar. Sendo assim, tem-se uma base de quanta informação uma ata pode conter, ou quantas ideologias estão presentes em suas transcrições.

A pesquisa que utiliza atas como fonte primária permite compreender melhor o porquê de a nossa atualidade ser como é, e quais determinações foram responsáveis por isso, dado que o contexto histórico é a soma de múltiplas determinações nas quais é possível verificar as contradições presentes na sociedade.

Eleger as atas como fontes primárias é uma grande oportunidade de verificar as intenções, as escolhas e as prioridades dos sujeitos responsáveis por esse registro, bem como de realizar um estudo apurado do contexto histórico vigente.

Nessa perspectiva, para que uma investigação tenha parâmetros bem claros, é necessário que o pesquisador faça um levantamento das pesquisas que estejam em consonância com seu objeto de estudo, que ele realize o chamado estado de conhecimento. Ou seja, o pesquisador deve fazer uma investigação com o intuito de analisar a produção acadêmica de uma temática em especial, sendo-lhe possível verificar, nessa produção, os enfoques proeminentes em relação ao tema pesquisado, as lacunas e as possibilidades de novas temáticas⁴.

Para um aprofundamento sobre a utilização das atas como fontes primárias, foi realizada uma busca de pesquisas que têm esse enfoque, as quais serão abordadas a seguir. Para isso utilizou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, definindo-se como critério de busca a palavra-chave ata, no recorte temporal de dez anos, ou seja, de

⁴ Para saber mais: FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. Revista Educação & Sociedade, ano 23, n.79, p.257, agosto/2002.

2001 a 2011. A partir dessa procura identificamos alguns trabalhos cujo viés investigativo converge com os pressupostos deste trabalho.

Primeiramente, discutiremos o artigo no qual é realizada a sistematização de dados para o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Cai (1875 a 1892) como fontes de pesquisa”, de Carina Martiny, que realiza uma reflexão sobre tal período do ponto de vista documental.

Para essa autora, ao realizar uma pesquisa histórica com atas devemos considerar três importantes aspectos:

[...] seu caráter de fonte oficial; a necessidade de utilizar uma metodologia de análise baseada no cruzamento de informações com outras fontes; e a necessidade de uma análise que aprenda não somente o conteúdo explícito destas fontes, mas também o que nela está implícito. (MARTINY, 2008, p. 2).

Sendo assim, o pesquisador não deve se ater exclusivamente na ata. Esse trabalho lhe exigirá uma investigação, uma contextualização acerca dos seus objetivos, no viés de realizar uma pesquisa mais confiável. Como a própria autora esclarece,

[...] não são os documentos em si que caracterizam o resultado de um trabalho, mas sim o manejo e a interpretação que o historiador faz destes, o que está diretamente dependente da postura teórico - metodológica por ele assumida. (MARTINY, 2008, p. 3).

Outro artigo analisado foi “As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir do estudo de caso”, de Rosimar Serena Siqueira Esquinsani. A autora define as atas como “[...] registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações” (ESQUINSANI, 2007, p. 104). Afirma que a ata é um documento confiável, cujas informações nela contidas são aprovadas e confirmadas com assintura dos presentes na reunião realizada.

Essa autora discute a questão da neutralidade na escrita dos documentos, dizendo que essa forma de neutralidade não existe; afirma que os documentos, assim como outros tipos de textos, são criados

para desempenhar uma função pré-determinada (ESQUINSANI, 2007, p. 104). O seu artigo reflete quanto às igualdades e diferenças com que os redatores das atas registram as informações discutidas ao longo da reunião, formas essas que demonstram certa busca por padronização desse tipo de documento.

Percebe-se que as atas demonstram em seus registros diferentes formas de influências, de acontecimentos existentes no processo educacional, o que é necessário é que haja um olhar atento do pesquisador. Sendo assim, é necessário que a partir da problemática pretendida se faça uma leitura cautelosa desse documento, por meio da qual se estabeleça a devida relação com o contexto vigente, buscando realizar um bom trabalho, que respeite as fontes e que considere as circunstâncias em que elas foram produzidas pelo homem.

Esquinsani (2006, p. 109-110) conclui seu trabalho fazendo algumas críticas ao trabalho com atas, as quais, para ela, nada mais são do que meros registros solenes de uma reunião. Em seguida a autora se justifica, ao mencionar que não coloca em dúvida a fonte documental de uma ata, mas que é necessário que o investigador aguace o seu olhar para poder realizar uma adequada extração de informações desse documento. A pesquisadora destaca que a forma de escrita de uma ata, as rasuras que muitas vezes se fazem presentes podem dificultar ainda mais o trabalho do investigador. Ela encerra seu trabalho dizendo que, apesar de todos os entraves, o acesso a tais documentos permitiu a percepção histórica da rede educacional pesquisada.

O pesquisador que optar por fazer uso de ata como fonte de pesquisa deve estar ciente de que eventualidades podem ocorrer durante a sua investigação e deve estar preparado para isso, pois são tais acontecimentos que poderão configurar maior veracidade ao tema que está sendo pesquisado.

O artigo “Acervo de Fontes de Pesquisa para a História da Educação Brasileira: Características e Conteúdo”, de Azilde L. Andreotti, doutora em História da Educação, demonstra considerações sobre as fontes de pesquisa nessa área e constitui um levantamento da produção do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade de Educação no Brasil (HISTEDBR).

O investigador, a partir da problemática da sua pesquisa, escolherá o tipo de fonte a ser utilizado,

de modo a construir seu trabalho, e essa escolha influenciará diretamente nos resultados da pesquisa.

Todo o material que compõe um acervo de documentos nas suas várias formas, papéis, iconografias, fotografias, objetos, etc. são fontes de consulta que não trazem informações; são o ponto de partida e somente se constituem em fontes de pesquisa a partir da indagação do pesquisador. (ANDREOTTI, 2006, p. 4).

Ao afirmar “Utilizando como exemplo as Atas da Câmara do séc. XVI, o tipo de papel e da escrita, por exemplo, são dados que só se objetivam no acesso aos documentos originais”, Andreotti (2006, p. 6) ressalta que os documentos originais utilizados, sejam eles quais forem, validam ainda mais a pesquisa. Segundo a autora, o uso de traduções, de textos decifrados nem sempre consolida uma pesquisa, ao menos com tamanha veracidade.

Para finalizar essa pesquisa de reconhecimento de trabalhos sobre a temática proposta, utilizaremos o ensaio elaborado para dissertação de mestrado em educação, “As Fontes Documentais: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa”, escrito por Luiz Miguel Galvão Queiroz e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, que demonstram a importância de o pesquisador buscar um bom embasamento teórico para sustentar os dados levantados. Segundo os autores,

As fontes constituem-se em elementos que o pesquisador manipula para interpretar a realidade situada no tempo e no espaço, inserida num campo de contradições e disputas que fazem parte do conhecimento produzido. Assim, a escolha do tipo de fonte a ser investigada é considerável. (QUEIROZ; CORRÊA, 2008, p. 3).

Dessa forma, a pesquisa se configura cada vez mais em um projeto amplo, que considera muitos fatores, os quais exercem uma constante influência sobre os demais elementos que a constituem. Para desenvolvermos uma pesquisa há necessidade de uma problemática, a qual, por sua vez, exigirá objetivos, justificativas, fundamentação teórica, fontes que sustentem tal trabalho, entre outros elementos.

Então, para que se possa desenvolver uma pesquisa histórica é necessário que o investigador considere tais fatores e saiba tratar das suas fontes de forma adequada, segundo o que quer pesquisar,

pois o resultado final da pesquisa dependerá desse tratamento das fontes.

A escolha das fontes documentais nos estudos históricos educativos deve ser discutida em função dos objetos que se pode alcançar com a pesquisa, pois todo documento adquire um sentido, expressa ideias, e indica uma visão de mundo defendida por seus escritores. (QUEIROZ, CORRÊA, 2008, p. 6).

Sendo assim, sabemos que os documentos carregam pedaços da história que só eles podem contar. Segundo os referidos autores,

O entrelaçamento das informações contidas nas fontes documentais revela, sobretudo, o movimento que as relações sociais produzem em permanente estado de conflitos de ideias e de interpretação da realidade, e assim, o documento escrito assume relevância na investigação científica em vista das possibilidades de se encontrar os nexos na análise do objeto de estudo do pesquisador. (QUEIROZ, CORRÊA, 2008, p. 7).

Por ser fonte documental, a ata constitui base de muitas pesquisas que buscam esclarecer fatos históricos na educação, que nos fazem compreender melhor o sistema educacional vigente, considerando os reais entrelaçamentos entre essas pesquisas e a realidade do período em que foram realizados tais registros.

Dessa forma, a seguir apresentaremos uma análise de uma ata de visita da vila de Iraty, realizada em 1902, buscando demonstrar as considerações registradas nesse documento, nos pautando em uma categoria de análise subdividida em método e ordem.

Educação na primeira república: ata de visita

Refletir sobre a Primeira República nos remete a pensar que esse período emergiu de mais de trezentos anos de um governo monárquico escravocrata; sendo assim, esperava-se muito desse novo regime governamental.

Pressupunha-se que a república seria a solução para os problemas brasileiros, segundo perspectivas positivistas e liberais nas quais ordem e homogeneização encaminhariam o Brasil rumo ao progresso. Contudo, isso não ocorreu como o esperado, visto que o novo regime continuaria sendo seletivo e

Figura 1 - Termo de abertura da ata de Exames e de Visitas da escola pública do Iraty, 1902.

Servirá este livro para o lançamento
 dos termos de visita e exames feitos
 na escola pública regida pela Professora
 D. Rosalina Gonçalves Ferreira,
 actualmente em exercício na
 cadeira provisória do Iraty,
 município do Tracuitava.
 Curitiba, 30 de Maio de 1902
 J. Sictor Ferreira de Azevedo
 Director Geral da Instrução Pública

Fonte: Museu Municipal de Irati

elitizante. Isso poderá ser observado a seguir, com a análise da ata de visita da escola pública de Iraty, localizada na vila de Iraty, hoje atual cidade de Irati, estado do Paraná. Essa análise terá como foco conceitos liberais e positivistas – como a ordem e o método intuitivo⁵ –, os quais, segundo Anaete Regina Schelbauer⁶, eram disseminados naquele período.

Pensar a educação brasileira nesse período nos remete a um sistema pautado em algo preestabelecido, que deveria ser seguido à risca, buscando desenvolver um ensino “homogêneo”. No Paraná, isso não era regra, a qual deveria seguir as normas estabelecidas pelo Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná⁷, Decreto nº. 93, de 11 de março

⁵ Método Intuitivo: esse método, que valorizava a intuição da criança, pressupunha que a educação devia partir dos sentidos. Ele representou, juntamente com a formação de professores, um dos principais elementos da difusão da escolarização das classes populares nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, no Brasil. Era embasado em BUISSON, Ferdinand (1878-1897-1912); HIPPEAU, Celestin (1871-1885); CARVALHO, Leôncio (1879-1883); BARBOSA, Rui (1882).

⁶ Anaete Regina Schelbauer, professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Integrante e Pesquisadora do HISTEDBR – GT Maringá.

⁷ Esse documento, que está em posse do Arquivo Público do Paraná, traz as normas referentes ao modo como deveria ser a educação no estado,

de 1901, documento esse que servirá como fonte primária para a análise da ata de visita da escola pública da vila de Iraty.

Embora o regime político tenha sido alterado, pouco ou nada mudou no sistema educacional, principalmente para as classes desfavorecidas. Segundo Miguel (2011, p. 681),

[...] 100 escolas subvencionadas foram criadas pelo Regulamento de 1889. Estas escolas poderiam ser mistas ou não, conforme as circunstâncias da localidade em que estivessem estabelecidas. As subvenções seriam concedidas a professores, não importando se tivessem ou não prova de habilitação. As escolas seriam inspecionadas uma vez por mês. Os inspetores paroquiais deveriam exigir dos professores, os mapas de frequência, filiação, idade, moralidade e aproveitamento dos alunos, para serem transmitidos à diretoria da instrução pública. As aulas teriam a duração de três horas semanais, com exceção dos domingos e feriados. Os professores subvencionados teriam direitos

em seus diferentes aspectos. Nele consta o que compreende a educação pública, as diferentes funções que fazem parte do sistema educacional, bem como o que cada uma faz, regras que deveriam ser seguidas por todos os envolvidos na instrução pública; enfim, todas as normas e competências da instrução pública da época.

iguais aos dos outros professores quando concorressem para alguma cadeira mais vantajosa. O ensino compreenderia: leitura, escrita, as quatro operações de aritmética e religião. Não seria aplicado o ensino da gramática e de geografia do Brasil. O Regulamento tecia ainda considerações sobre livros que o professor deveria ter e o modo como seriam realizados os exames e as inspeções que as escolas sofreriam.

Assim, observamos que a frequência era um dos requisitos a serem mapeados pelos inspetores de ensino. No entanto, o que se verificava nas salas de aula era uma baixa assiduidade por parte dos alunos, como podemos observar no registro feito na Ata de Exame e Visitas da escola pública de Iraty, 1902⁸: *“Vizitando hoje a escola publica desta Villa do Iraty, competentemente regida pela Exma Ilma D^a Rozalina Gonçalves de Araújo, encontrei uma frequencia de 26 alunos, achando-se matriculados 40 [...]”* Tal situação, de certo modo, demonstra o contraste existente entre o que se esperava da educação da época com o que realmente existia, visto que se almejava um ensino igualitário/homogêneo, porém desconsideravam-se fatores sociais importantes, como, por exemplo, a própria história da criança.

Com isso, a educação – que deveria, segundo os preceitos da época, ser homogênea – tornava-se cada vez mais classificatória, por desconsiderar a heterogeneidade existente na sociedade. Vale lembrar que nessa época não havia obrigatoriedade de ensino, e com isso já podemos inferir que a igualdade preconizada não era real. Além disso, verifica-se que o estabelecido pelo Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, em seu artigo 18, parágrafo primeiro, determinava que o inspetor deveria

Visitar, ao menos duas vezes por mez, as escolas do respectivo districto, syndicando si nellas são fielmente observadas das leis e regulamentos do mesmo, communicando ao director-geral o que observar, nunca prolongando essa visita ao ponto de interromper a marcha regular da escola. (PARANÁ, 1901, p. 89).

Essa determinação não era cumprida à risca, haja vista que ao longo da investigação observou-se que tais visitas se davam esporadicamente. Analisando

o livro ata entre 1902 a 1923, foi possível encontrar 17 registros de visitas do inspetor de ensino. Não é possível precisar quais as causas para essa situação, porém algumas conjecturas podem ser feitas, como: o número de inspetores e a demanda de visitas; a distância entre as mesmas; o transporte, que nessa época era precário; e, por fim, o comprometimento do inspetor em relação a sua função.

Dentre os registros investigados, verificaram-se anotações oficiais da visita a respeito de um de nossos focos de análise – “ordem”, conceito liberal e positivista que pressupunha o progresso através da “organização/padronização” do ensino, como pode ser averiguado em dois trechos da Ata de Exames e Visitas da escola de Iraty, 1902. No primeiro registro o Inspetor de Ensino relata: *“[...] Notei ordem e asseio dos alunos [...]”*, e no segundo ele elogia a preceptora pela *“boa ordem e respeito a escola”*, demonstrando que a educação bem “orientada” – e que seguisse as regras determinadas pelo regimento, se mantendo em “ordem” em seus mais diferentes aspectos – era vista, na Primeira República, como uma alavanca para o progresso brasileiro.

Contudo, desconsiderava-se que a educação sozinha não consegue alterar a sociedade. Para que isso ocorra é necessário que os demais setores se unam para transformar toda a sociedade, o que de fato não é de interesse de todos, já que a sociedade contemporânea é dominada por ideais capitalistas, como bem esclarece Nagle, citado por Carvalho e Saviani (2006, p. 5213):

A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram mais fortemente ainda como chefes das oligarquias regionais e, dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal.

Seria muito utópico pensar que a educação sozinha seria capaz de transcender mais de trezentos

⁸ Os trechos em itálico correspondem a uma transcrição fiel da Ata de Exames e Visitas da escola pública de Iraty, 1902.

anos de desigualdade e exploração dos homens, se bastando unicamente como mecanismo de ascensão social e intelectual, sem ao menos interessar às demais classes sociais, criando uma falsa relação entre educação e desenvolvimento. Carvalho e Saviani (2006, p. 5218-5219) se utilizam de dados extraídos do Jornal A TRIBUNA, Uberabinha, 22 fev. 1925, p. 1 (IBGE, 1941, p. 590), dentre os quais interessa mencionar para a discussão os seguintes:

DESCRIÇÃO	BRASIL	
População total	30.635.605	%
População de analfabetos	23.142.248	75,54
População total 07 a 14 anos	6.582.917	%
População de analfabetos 07 a 14 anos	5.282.886	80,25

* A presente tabela teve como base dados contidos no texto de Carvalho e Saviani (2006, p. 5218-5219).

A tabela demonstra que a educação era para poucos, embora buscasse parecer acessível a todos, haja vista que tanto a população adulta quanto a infantil tinha muito que caminhar rumo à educação que se almejava. No entanto, estatísticas são apenas números, pois alfabetizar a população como um todo não basta; é necessário que os indivíduos sejam tratados como cidadãos, e que possam se tornar aptos a colocar em prática tudo o que aprenderam, mostrando que são agentes de novos conhecimentos, e não passivos aos que lhes são impostos.

Tais intenções eram implicitamente registradas na ata da vila de Iraty, na qual se demonstrava que o método imposto às instituições escolares deveria ser o intuitivo, seguindo a norma estabelecida pelo Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, em seu Art. 40º, inciso primeiro, páginas 95-96, que estabelece: “O methodo adoptado nessa escola será intuitivo, e o seu programma de ensino constará, em linha geraes [...]”. Na Ata de Exames e Visitas da escola pública de Iraty, (1902), consta o seguinte registro: “[...] neste Termo de visita as levo impressões minhas recebidas notadamente quanto ao methodo empregado d’ensino e que está de acordo as disposições do Regulamento de Instrução Pública [...]”. Nesse registro, o inspetor de ensino parabeniza a escola e a preceptora pela “impressão”

quanto ao cumprimento da norma estabelecida pelo Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná, demonstrando a “tentativa” de homogeneizar o ensino, justificando-se quanto a uma “igualdade” para todos os alunos.

Contudo, a homogeneização do ensino se constitui em um instrumento de classificação e de desclassificação das condições de aprendizagem do aluno, visto que a educação desconsidera, ou mesmo ignora que a sociedade é permeada por um emaranhado de desigualdades, não sendo diferente na Primeira República, como mostram Carvalho e Saviani (2006, p. 5213):

Embora apresentou-se como um período de destaque no quadro educacional brasileiro, não podemos negar que a república também caracterizou-se por profundas desigualdades sociais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E na tentativa de reestruturar o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçam o dualismo, ao legitimar os preceitos políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país, fazendo com que as causas educacionais enquanto aspecto social não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, colocando-as a serviço do poder e usando-as para dar sustentabilidade a ordem e progresso tão almejados pela elite dirigente do país.

Seguindo essa linha de pensamento, verifica-se que a educação serviu e continua servindo como instrumento das elites, para consolidar seus interesses quanto ao tornar “real o progresso”, pois quem progride é quem detém o poderio econômico e não as massas. Estas se tornam reféns de uma sociedade dominadora, na qual “[...] todos os esforços estavam centrados em instrumentalizar a população para atender às necessidades exigidas pelo novo contexto” (CARVALHO; SAVIANI, 2006, p. 5213).

Este trabalho vem consolidar uma investigação da Ata de Exames e Visitas da escola pública de Iraty, elaborada em 1902, mostrando um movimento amplo que se instaurava no país – a ideologia liberal, podendo servir de base para futuras pesquisas acerca da temática.

Considerações finais

Discutir fontes, sejam elas quais forem, vai muito além de meramente conceituá-las. Faz-se necessário refletir quanto à forma que o pesquisador as vê e as trata, conforme sua fundamentação teórico-metodológica, visto que esses aspectos repercutem no resultado da pesquisa.

Tratar das atas como uma fonte viável para o pesquisador histórico nos leva a pensar sobre os percalços desse minucioso e delicado trabalho, que exige do historiador atenção e dedicação tanto no tratamento das informações contidas nesses documentos, quanto no cuidado especial que deve ter com o material que está usando, por se tratar de algo antigo e insubstituível.

A pesquisa histórica que faz uso de atas exige do investigador um nítido foco nos seus objetivos, para que haja um correto entrelaçamento do que ele descobriu através da leitura desse documento e a realidade da época, a fim de que se possa, de fato, compreender e analisar a educação.

Pesquisar vai além de interpretar, desvendar, descobrir fatos, e isso fica ainda mais evidente quando a pesquisa é histórica e se utiliza de documentos, visto que o investigador faz tudo isso lendo, revisando os documentos, mas só faz pesquisa quando analisa as informações concernentes, buscando de fato compreender as relações e contradições presentes na história. Nesse sentido, ao fazer o levantamento do estado do conhecimento sobre a temática estudada, o pesquisador proporciona não só uma visão das produções realizadas, mas também um aprofundamento nos fundamentos e procedimentos metodológicos e na legitimação da temática.

No presente trabalho fez-se uma análise minuciosa da Ata de Visita da escola pública de vila de Iraty (hoje cidade de Irati), na qual verificamos aspectos liberais e positivistas – que ideologicamente pressupunham homogeneidade da educação – como fundamentos base para alavancar o progresso pessoal e nacional. Contudo, o que foi possível verificar nos registros mostra-se contraditório em relação àquilo que se almejava alcançar segundo tais pressupostos.

Referências

Fontes primárias:

IRATI. **Ata de exame de vinte e quatro de novembro de 1902**. Museu Municipal de Irati.

PARANÁ. **Regulamento Instrução Pública do Estado do Paraná**. Decreto nº 93, de 11 de março de 1901. Arquivo Público do Paraná.

ANDREOTTI, Azilde L. **Acervo de fontes de pesquisa para a história da educação brasileira: características e conteúdo**. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.htm>. Acesso em: 17 maio 2011.

ARANA, Hermas Gonçalves. **Positivismo: reabrindo o debate**. Campinas - SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; SAVIANI, Dermeval. **A organização da instrução pública nas cidades de Uberabinha e Patos de Minas-Mg: educação e civilização (1888-1930)**. 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/475LucianaBar_e_Demerval.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinosp**. 103-110, maio/agosto. 2007. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes/_images/stories/Publicacoes/educacao11n2/103a110_edu11\(2\)_art05dossie_esquinsani.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes/_images/stories/Publicacoes/educacao11n2/103a110_edu11(2)_art05dossie_esquinsani.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI: **O minidicionário da língua portuguesa**. [et al.]. 5.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

MARTINY, Carina. **Das presenças: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Cai (1875 a 1892) como fontes de pesquisa**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 9. Rio Grande do Sul. 2008. Disponível: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A legislação educacional paranaense e a História da Educação. (1821-1955)**. 2011. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab61.rtf>. Acesso em: 9 mar. 2012.

PETTA, Nicolina Luíza de; OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. **Coleção base: história: uma abordagem integrada.** São Paulo: Moderna, 1999.

QUEIROZ, Luiz Miguel Galvão; CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. **As fontes documentais: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa.** 2008. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/1.fontes_categorias_e_metodos_de_pesquisa_em_historia_da_educacao/8.Luiz%20Miguel%20Galvao%20Queiroz.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: _____; LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. – (Coleção Memória da Educação).

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Método de ensino intuitivo.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.htm>. Acesso em: 28 jun. 2012.

Data de submissão: 14/08/2012

Data de aceite: 30/08/2012